

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício Lúcio Costa, 14 de junho de 2022.
Deputado CARLOS MINC, Célia Jordão, Eliomar Coelho, Enfermeira Rejane, Luiz Paulo, Martha Rocha, Mônica Francisco, Renan Ferreirinha, Tia Ju, Waldeck Carneiro.

JUSTIFICATIVA

Neste ano de 2022 comemora-se o centenário de uma das figuras mais importantes do cenário teatral brasileiro: Bibi Ferreira. Atriz, cantora, compositora e diretora, filha do ator Procópio Ferreira e da bailarina Aida Izquierdo, batizada Abigail Izquierdo Ferreira, carinhosamente apelidada "Bibi". Nasceu no dia 1º do mês de junho na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1922, e faleceu em 2019, vítima de uma parada cardíaca.

Bibi Ferreira atuou em mais de 170 espetáculos encenados em 96 anos de vida sendo que esteve oficialmente pela primeira vez no palco aos 24 dias de nascida - substituindo uma boneca usada em uma montagem teatral e que tinha desaparecido do palco.

Com apenas 3 anos Bibi Ferreira estreou no universo artístico por meio da companhia Revista Espanhola Velasco, no Chile, quando participou de uma turnê pela América Latina ao lado de sua mãe. Voltou ao Brasil aos 4 anos e começou a participar de óperas e balés, inclusive fez parte do Corpo de Baile do nosso Teatro Municipal do Rio de Janeiro.

Bibi Ferreira começou a desbravar o mundo teatral com mais propriedade em 1941, na Companhia Procópio Ferreira, interpretando a protagonista Mirandolina na peça La Locandiera, de Carlo Goldoni. Em 1944, fundou sua própria companhia teatral, a Companhia de Comédias Bibi Ferreira, cujo primeiro espetáculo apresentado pelo coletivo, foi Sétimo Céu, que foi dirigido por Henriette Morineau, e contou com duas outras divas de nosso teatro, Maria Della Costa e Cacilda Becker.

Dois anos mais tarde, a artista foi estudar direção teatral em Londres, na Royal Academy of Dramatic Arts, e no ano seguinte estreou também como diretora no espetáculo Divórcio, de Clemence Dane.

Bibi recebeu o primeiro de muitos prêmios em 1950, por sua direção da peça A Herdeira, de Henry James, já em 1954, contratada pela Companhia Dramática Nacional (CDN), dirigiu o clássico de Nelson Rodrigues, Senhora dos Afogados. No entanto, foi nos musicais que a atriz fez seu nome, se destacou e se consagrou como um dos maiores expoentes do teatro nacional. Suas interpretações mais conhecidas foram nas peças My Fair Lady; O Homem de La Mancha; Alô, Dolly e Gota d'água.

Por seu trabalho nesse último espetáculo, que foi escrito por Chico Buarque e Paulo Pontes em 1975, a artista recebeu os prêmios Molière e Associação Paulista dos Críticos de Artes (APCA).

Nos anos 1980, fez a montagem de muito sucesso A Vida de Uma Estrela da Canção, que falava sobre a vida e obra da cantora francesa Edith Piaf, peça que, nos quatro anos que esteve em cartaz, recebeu cerca de um milhão de espectadores.

Muitas foram as premiações dadas à Bibi Ferreira pelo seu trabalho no teatro, além de expoente artístico, a atriz também contribuiu no campo da educação, foi professora no Teatro Duse e na Fundação Brasileira de Teatro (FBT).

Outra área que explorou foi a televisão, apresentando durante dois anos o Programa Bibi ao Vivo, no qual conversava com grandes nomes do teatro nas telas.

Pelo seu prolífico trabalho, a atriz recebeu muitas homenagens. Dentre elas, em 2012, o ator e produtor Marllós Silva batizou com o nome da artista o Prêmio Bibi Ferreira, um dos mais importantes do teatro musical brasileiro. Além disso, neste ano de 2022, Bibi também foi homenageada pela prefeitura do Rio de Janeiro e se tornou um patrimônio cultural carioca. A honraria foi concedida pelo Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, em virtude da ação e uma placa azul com referência de patrimônio cultural foi instalada na Avenida Rui Barbosa, no Flamengo, onde ela morou por muitos anos.

Como dito, Bibi Ferreira teve uma carreira teatral ampla, multifacetada e atravessada por grandes nomes do meio cultural e artístico nacional e internacional. Sua trajetória misturou-se com a história do teatro brasileiro em si, portanto falar e estudar sobre a vida da atriz é recuperar marcos importantes das artes cênicas do nosso país.

Muitas atrizes, atores, cantores, bailarinos e diretores foram e ainda são influenciados pelo seu trabalho nos dias de hoje.

Nesse mês de seu centenário, gostaria de homenagear sua contribuição ao mundo das artes e do turismo, senhoras e senhores, primeiramente daqui dessa tribuna em nome do povo carioca, fã das artes e de seu trabalho, com um muito obrigado por tamanha contribuição ao que parece ter sido esquecido por esse governo e que é tão importante para uma retomada econômica em nosso país e em todo nosso Estado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1340/2022

CONCEDE O PRÊMIO ANNA NERY DA SAÚDE AO DR. RAPHAEL RIODEADES DE MENDONÇA DOS SANTOS DIAS.
Autor: Deputado RENATO ZACA

DESPACHO:

A imprimir e à Comissão de Normas Internas e Proposições Externas.
Em 14.06.2022
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido o PRÊMIO ANNA NERY DA SAÚDE ao DR. RAPHAEL RIODEADES DE MENDONÇA DOS SANTOS DIAS em virtude dos brilhantes serviços prestados em prol da Saúde Pública do nosso Estado.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício Lúcio Costa, 14 de junho de 2022.
Deputado RENATO ZACA

JUSTIFICATIVA

Pretende-se com o presente projeto de resolução agraciar o Dr. Raphael Riodes com o PRÊMIO ANNA NERY DA SAÚDE em virtude dos relevantes serviços prestados à Saúde Pública do nosso Estado, conforme seu histórico profissional e acadêmico exposto a seguir, mostrando evidências de sua brilhante atuação ao longo de sua trajetória profissional.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1341/2022

CONCEDE A MEDALHA TIRADENTES E O RESPECTIVO DIPLOMA AO SENHOR FERNANDO LOPES DE ALMEIDA.
Autor: Deputado WALDECK CARNEIRO; LUIZ PAULO

DESPACHO:

A imprimir e à Comissão de Normas Internas e Proposições Externas.
Em 10.06.2022
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida a MEDALHA TIRADENTES e o respectivo Diploma ao Senhor Fernando Lopes de Almeida.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício Lúcio Costa, 14 de junho de 2022

Deputados WALDECK CARNEIRO, LUIZ PAULO, Alana Passos, Carlos Minc, Célia Jordão, Eliomar Coelho, Márcio Canella, Renan Ferreirinha, Tia Ju.

JUSTIFICATIVA

Fernando Lopes de Almeida nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 3 de dezembro de 1946, filho de Antônio de Almeida e de Maria Amélia Lopes de Almeida.

Cursou o então ginásio e o colegial no Colégio Pedro II, na sua cidade natal. Em 1965, ingressou na Escola de Engenharia da antiga Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1967, abandonou o curso de engenharia e iniciou, simultaneamente, o curso de psicologia, na UFRJ - depois também interrompido - e o de economia, na Universidade do Estado da Guanabara, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Iniciou sua atuação política, em 1967, no movimento estudantil, e participou da luta contra o movimento político-militar de março de 1964. Em 1968, foi presidente do diretório acadêmico do Instituto de Psicologia da UFRJ. Com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968, entrou para a clandestinidade, na qual permaneceu até o início de 1970.

Formou-se economista em 1970. Cursou o mestrado (1972-1973) e o doutorado (1974-1975) de economia na Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), obtendo o grau de doutor em 1979. Embora tivesse atuado no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime militar, sua primeira filiação partidária formal foi, em dezembro de 1981, ao Partido Democrático Trabalhista (PDT). Por esse partido, foi candidato a deputado estadual em novembro de 1982, mas não teve êxito.

Durante o primeiro governo Leonel Brizola (1983-1987), foi secretário de Planejamento e Controle do Estado do Rio de Janeiro de 1983 até 1986, quando se desincompatibilizou do cargo para se candidatar novamente pelo PDT a uma vaga na Assembleia Legislativa, em novembro desse mesmo ano.

Eleito com os votos da população de baixa renda da Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi empossado em fevereiro de 1987. Como deputado estadual, foi vice-presidente da Comissão de Transporte (1987-1988), membro da Comissão de Orçamento e Finanças (1987-1990) e presidente da Comissão de Economia, Indústria, Comércio e Turismo (1989-1990).

Em outubro de 1990, foi eleito deputado federal pelo PDT fluminense. Tomou posse em fevereiro de 1991, mas em março pediu licença para exercer, pela segunda vez, o cargo de secretário de Planejamento e Controle do Estado do Rio de Janeiro, desta vez no segundo governo Leonel Brizola (1991-1994). Simultaneamente, de 1991 a 1993, ocupou a pasta de Urbanização, Habitação e Assentamentos Humanos. Em março de 1994, afastou-se da Secretaria de Planejamento e Controle e voltou a exercer o mandato parlamentar.

Em 3 de outubro seguinte, foi reeleito deputado federal pelo PDT. Dezoito dias depois, no entanto, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) decidiu anular o pleito por suspeitas de fraude. Marcada nova eleição para novembro seguinte, Fernando Lopes confirmou sua reeleição. Empossado em fevereiro de 1995, passou a integrar as comissões de Direitos Humanos e de Comunicação, Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados.

Nas votações das emendas constitucionais propostas pelo governo Fernando Henrique Cardoso em 1995, votou contra a quebra do monopólio dos estados na distribuição de gás canalizado, a quebra do monopólio das embarcações nacionais na navegação de cabotagem, a mudança no conceito de empresa nacional, a quebra do monopólio estatal das telecomunicações, a quebra do monopólio da Petróbras na exploração do petróleo e a prorrogação do Fundo Social de Emergência (FSE), rebatizado de Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), que permitia que o governo gastasse 20% da arrecadação de impostos, sem que essas verbas ficassem obrigatoriamente vinculadas aos setores de saúde e educação.

Em 1996, assumiu a segunda vice-presidência da Comissão de Direitos Humanos e integrou como membro titular a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara. Nesta última, foi relator do projeto de resolução do deputado do Partido dos Trabalhadores (PT) Milton Temer, que previa a instalação imediata de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar as atividades do Banco Central e o Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro (Proer) do governo federal. Na ocasião, deu parecer favorável ao projeto.

Em novembro deste último ano, o TSE decidiu revogar o pleito de novembro de 1994 e restabelecer o resultado de outubro. Considerando que as denúncias de fraude não tinham sido devidamente comprovadas, o tribunal determinou nova diplomação da bancada do Rio de Janeiro, de acordo com o resultado da primeira eleição. Vitorioso nos dois pleitos de 1994, Fernando Lopes foi empossado na Câmara em fevereiro de 1997.

Ainda no mesmo mês, votou contra a emenda da reeleição para o presidente da República, prefeitos e governadores de estado. Em novembro seguinte, também se manifestou contrário ao destaque para o projeto de reforma administrativa do Executivo federal, que aprovou o fim da estabilidade no serviço público, em caso de mau desempenho do servidor ou toda vez que os gastos com pessoal fossem superiores a 60% da arrecadação do Estado. Também em 1997, integrou como membro titular a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e assumiu a terceira vice-presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara.

No pleito de outubro de 1998, candidatou-se à reeleição, obtendo a primeira suplência da legenda pedetista. Em novembro seguinte, votou contra o teto de 1.200 reais para aposentadorias no setor público e o estabelecimento de idade mínima e tempo de contribuição para o setor privado, itens que definiram a reforma da previdência.

Deixou a Câmara em janeiro do ano seguinte, ainda na legislatura 1995-1999, para assumir a Secretaria de Controle Geral do Quadro Permanente de Pessoal Civil do Poder Executivo do Rio de Janeiro, no governo de Anthony Garotinho (1999-2002).

No pleito eleitoral posterior, de 2002, voltou a se candidatar ao cargo de deputado federal, pelo PSB, e obteve sucesso. Licenciou-se em parte do primeiro ano de mandato, em fevereiro de 2003, para exercer o cargo de Secretário de Planejamento, Controle e Gestão do Estado do Rio de Janeiro, mas retornou no mês de setembro daquele mesmo ano. Neste mandato, ainda atuou como titular na Comissão de Finanças e Tributação, Fiscalização Financeira e Controle e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

No ano de 2003, filiou-se ao PMDB, pelo qual se candidatou a mais um mandato na Câmara dos Deputados no pleito eleitoral seguinte, em 2006. Eleito, atuou como titular na Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e de Turismo e Desporto, além da vice-presidência da Comissão de Direitos Humanos.

Nesta legislatura, votou favoravelmente à criação da Contribuição Social para a Saúde (CCS) e também pela prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Posicionou-se contra a emenda que alterava as regras de distribuição dos royalties do petróleo. Nas eleições de Outubro de 2010, concorreu a mais um mandato no cargo de deputado federal, mas obteve uma suplência.

Assumiu em fevereiro de 2011, devido à indicação do deputado Rodrigo Bethlem para o quadro de secretários da prefeitura do Rio de Janeiro.

Foi diretor do Sindicato dos Economistas e da Associação de Funcionários da FGV do Rio de Janeiro, professor da Universidade Federal Fluminense e da UFRJ e economista da FGV.

Foi colaborador das obras "A indústria brasileira de bens de capital" (1979) e "Política salarial, emprego e sindicalismo - 1964-1981" (1982) e teve publicada a sua tese de doutorado, intitulada "A expansão da indústria de bens de capital: fatores determinantes" (1983).

*PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1295/2022

CONCEDE A MEDALHA TIRADENTES E O RESPECTIVO DIPLOMA AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR EDUARDO PAZUELO, GENERAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO.
Autor: Deputado CORONEL SALEMA

DESPACHO:

A imprimir e à Comissão de Normas Internas e Proposições Externas.
Em 26.05.2022
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RESOLVE:

Art. 1º - Concede a Medalha Tiradentes e o respectivo Diploma ao Ilustríssimo Senhor Eduardo Pazuello, General de Divisão do Exército Brasileiro.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício Lúcio Costa, 15 de junho de 2022.
Deputado CORONEL SALEMA

JUSTIFICATIVA

Natural do Rio de Janeiro, o General de Divisão Eduardo Pazuello, formou-se na Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende (RJ), no ano de 1984, como Oficial de Intendência.

Quando Tenente e Capitão realizou diversos cursos, dentre eles podemos destacar:

- Operações na Selva, no Centro de Instruções de Guerra na Selva, em Manaus, Amazonas;

- Básico Paraquedista: Mestre de salto; salto livre; avançado de salto livre; Ações de Comandos; Forças Especiais e Aperfeiçoamento de Oficiais, no Rio de Janeiro.

Foi promovido a Major, Tenente-Coronel e a Coronel por merecimento e realizou, como Oficial Superior, o Curso de Comando e Estado-Maior no Exército, e o Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais, na Força Aérea Brasileira.

Comandou o 20º Batalhão Logístico Paraquedista e foi Diretor do Depósito Central de Munições, ambos no Rio de Janeiro.

Em 31 de julho de 2014, ascendeu ao posto de General-de-Brigada e em 31 de março de 2018, ao posto de General de Divisão.

Como Oficial General, exerceu as seguintes funções:

- Assessor de Planejamento, Programação e Controle Orçamentário do Comando Logístico;

- Comandante da Base de Apoio Logístico do Exército;

- Coordenador Logístico das tropas do Exército Brasileiro empregadas nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, no Rio de Janeiro, em 2016;

- Comandante da Base Logística Multinacional Integrada durante o exercício AMAZONLOG/2017, realizado na cidade de Tabatinga, AM, na região do triplice fronteiro;

- Coordenador Operacional da Força Tarefa Logística Humanitária no Estado de Roraima, Operação Acolhida;

- Interventor Federal na Secretaria de Estado de Fazenda de Roraima;

- Comandante da 12ª Região Militar em Manaus; e

- Ministro de Estado da Saúde.

Atualmente, é Secretário de Estudos Estratégicos da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

Dentre as diversas condecorações que recebeu, destacam-se as Medalhas de Serviço Amazônico, Mérito Aeroterrestre, Pacificador, Ordem do Mérito Militar Grande Oficial, Mérito Tamandaré, Ordem do Mérito Aeronáutico Cavaleiro e Distintivo de Comando Dourado.

Ante o exposto, conto com o apoio de meus pares para aprovação da presente honraria.

*(Replicado por haver saído com incorreções.)

*PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1333/2022

INSTITUI O DIPLOMA MILTON GONÇALVES, PROMOVIDO PELA ALERJ, PARA HOMENAGEAR JOVENS ATORES.
Autor: Deputado CHICO MACHADO, Luiz Paulo

DESPACHO:

A imprimir e à Mesa Diretora
Em 09.06.2022
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RESOLVE:

Art. 1º - É instituído o Diploma Milton Gonçalves, promovido, anualmente, pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de incentivar e homenagear os jovens atores e as jovens atrizes e, por meio destes, toda a classe artística, motivando-os para a promoção deste setor tão caro e relevante à sociedade brasileira e fluminense.

Art. 2º - O Diploma Milton Gonçalves será conferido, anualmente, pela ALERJ, em sessão plenária, na semana em que se comemora o nascimento deste grande ator brasileiro (09 de dezembro), a partir de 2022.

Art. 3º - O Deputado que propor a concessão do Diploma Milton Gonçalves fará através de projeto de resolução devidamente justificado e acompanhado de currículo do nome proposto.

Art. 4º - O Diploma Milton Gonçalves constituir-se de menção honrosa, a ser publicada nos Anais da Assembleia Legislativa e de um Diploma de Reconhecimento, contendo a figura de Milton Gonçalves, estilizada, bem como a legenda da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e a inscrição "DIPLOMA MILTON GONÇALVES", circundado pelo contorno geográfico do Estado do Rio de Janeiro. Além disso, deverá conter impresso o brasão do Estado do Rio de Janeiro, a identidade nominal da pessoa homenageada, e as ações que, em razão da sua originalidade, caráter exemplar, se façam dignas de registro, divulgação e reconhecimento público.

Art. 5º - O Diploma deverá ser assinado pelo presidente da ALERJ - Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e pelo (s) deputado (s) autor (es) do projeto de Resolução.

Art. 6º - O orçamento anual do Poder Legislativo consignará dotação correspondente às despesas previstas na presente Resolução.

Art. 7º - Esta Resolução entra em vigor na presente data.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício Lúcio Costa, 31 de maio de 2022
Deputado CHICO MACHADO, Luiz Paulo

JUSTIFICATIVA

O Diploma é uma homenagem ao grande ator brasileiro Milton Gonçalves, falecido no dia 30 de maio de 2022.

O homenageado começou a carreira na cidade de São Paulo. Milton trabalhava como gráfico quando, um dia, depois de assistir à peça A Mão do Macaco, a convite do ator Egidio Écio, saiu maravilhado. Tratou de entrar logo para um clube de teatro amador, do qual passou para um grupo profissional. Um novo diretor carioca procurava um ator para fazer um Preto Velho na peça Ratos e Homens. O diretor era Augusto Boal e, o grupo, o Teatro de Arena de São Paulo. "Lá encontrei Gianfrancesco Guarnieri, Flavio Migliaccio, Oduvaldo Viana e tantos outros. Estudavam história do teatro, impoção de voz, postura, filosofia, arte e política."

Milton escreveu quatro peças, uma delas montada pelo Teatro Experimental do Negro e dirigida por Dalmiro Ferreira. "Ali aprendi tudo o que sei sobre teatro. Foi fundamental para a minha compreensão do mundo." Militante do movimento negro, Milton Gonçalves chegou a tentar a carreira política, nos 90, ao candidatar-se a governador do estado do Rio de Janeiro, em 1994.

Milton Gonçalves foi também o primeiro brasileiro a apresentar uma categoria na cerimônia de premiação do Emmy Internacional em 2006. Participou do especial Chico Eterno, que foi uma homenagem ao mestre do humor Chico Anysio, ao lado de Maurício Sherman, Fernanda Montenegro, Nizo Neto, Orlando Drummond, Boni, Quinzinho melhor amigo de Chico, esse programa foi gravado através da TV Verdes Mares, afiliada da Rede Globo no Ceará.